

www.pwc.com.br

Eco Jordão S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eco Jordão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco Jordão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de março de 2024, contendo ressalva referente a ajustes no montante líquido de R\$ 5.577 mil que foram contabilizados no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de exercícios anteriores" em contra partida a rubrica "Outorga variável a pagar", sem considerar os ajustes de reapresentação de maneira retrospectiva nas demonstrações financeiras, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.



Eco Jordão S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem



Eco Jordão S.A.

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de maio de 2025

PRICE WATERHOUSE COOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Gabriel Pintarelli Fialho
Assinado por Gabriel Pintarelli Fialho 092087347
CPF: 092087347
Data/hora de Assinatura: 21 de maio de 2025 14:56 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngateID Multiss

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador CRC 1PRO66300/O-1

ECO JORDÃO S.A.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro****(Em milhares de Reais)****Ativo**

	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.080	9.090
Contas a receber	7	6.347	5.326
Impostos a recuperar	8	857	489
Estoques	9	25	38
Despesas antecipadas		64	38
Outros créditos		1.792	110
		26.165	15.091
Não circulante			
Depósitos Judiciais		178	178
Imobilizado	10	85.758	86.604
Intangível	11	284.584	293.990
		370.520	380.772
Total do ativo		396.685	395.863

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO JORDÃO S.A.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro****(Em milhares de Reais)****Passivo e patrimônio líquido**

	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Outorga variável a pagar	12	13.858	11.728
Fornecedores		1.222	1.042
Empréstimos e financiamentos	13	15.384	17.861
Obrigações trabalhistas	14	891	819
Obrigações tributárias	15	2.656	2.907
Contingencias	18	655	-
Adiantamentos	17	1.936	1.395
		36.602	35.752
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	57.500	64.894
Outorga variável a pagar	12	273.496	283.431
Obrigações tributárias	15	1.371	2.686
Outras contas a pagar		5.687	2.656
		338.054	353.667
Patrimônio líquido			
Capital social	20	19.830	19.830
Reserva de lucros		2.199	-
Prejuízos acumulados		-	(13.386)
Total do Patrimônio Líquido		22.029	6.444
Total do passivo e patrimônio líquido		396.685	395.863

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO JORDÃO S.A.**Demonstrações do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro****(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota explicativa	2024	2023
Receita líquida de serviços	21	67.474	56.549
(-) Custos dos serviços prestados	22	(30.758)	(25.593)
Lucro bruto		36.716	30.956
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(6.662)	(5.945)
Outras receitas e despesas		(38)	(1.268)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		30.016	23.743
Receitas financeiras		1.186	560
Despesas financeiras		(13.659)	(14.889)
Resultado financeiro líquido	24	(12.473)	(14.329)
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		17.543	9.414
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.424)	-
Lucro líquido do exercício		15.119	9.414
Lucro/(Prejuízo) por ação		0,76	0,47

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO JORDÃO S.A.**Demonstrações do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro****(Em milhares de Reais)**

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
(=) Lucro do exercício	15.119	9.414
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>15.119</u>	<u>9.414</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO JORDÃO S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.330	7.500		(17.223)	2.607
Integralização de capital social	7.500	(7.500)		-	-
Ajuste exercícios anteriores	-		-	(5.577)	(5.577)
Lucro do período	-	-	-	9.414	9.414
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.830	-	-	(13.386)	6.444
Transferência do prejuízo acumulado	-	-	(13.386)	13.386	-
Ajuste exercícios anteriores	-	-	466	-	466
Lucro do exercício	-	-	15.119	-	15.119
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.830	-	2.199	-	22.029

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO JORDÃO S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa**
Exercícios Findo em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	15.119	9.414
Itens que não afetam o caixa operacional		
Ajuste de exercícios anteriores	466	(5.577)
Provisão de Contingencia	655	-
Juros incorridos sobre empréstimos	11.807	14.517
Depreciação e Amortização	3.788	3.059
Provisões	-	1.332
Complemento outorga	4.217	2.374
Atualização monetária	3.487	-
Amortização de outorga	9.406	8.778
Outros	(122)	-
Aumento líquido das contas de ativo e passivo	48.823	33.897
Contas a receber	(1.022)	(2.059)
Adiantamentos	(1.682)	-
Impostos a recuperar	(368)	(28)
Estoques	12	(17)
Despesas antecipadas	(26)	1
Outros créditos	-	338
Fornecedores	181	(578)
Obrigações trabalhistas	72	362
Obrigações tributárias	(1.567)	(1.385)
Adiantamentos	3.572	1.148
Caixa líquido das atividades operacionais	47.995	31.679
Juros pagos	(34.369)	(2.609)
Caixa líquido de juros gerado pelas atividades operacionais	13.626	29.070
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.942)	(6.701)
Reversão Outorga	-	5.577
Pagamento de Outorga	(15.385)	(8.727)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(18.327)	(9.851)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	75.000	-
Pagamento principal empréstimos	(62.309)	(12.724)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	12.691	(12.724)
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	7.990	6.494
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.090	2.596
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.080	9.090

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

1. Contexto operacional

A Eco Jordão S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, é uma SPE (sociedade de propósito específico) e tem como objeto social executar as atividades previstas no objeto do contrato de concessão onerosa de obra no Parque Capivari, processo STM (Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo) nº 01201/2017 – Concorrência Pública Nacional nº 001/2018, sob o contrato de Concessão Onerosa de Obra no Parque Capivari STM nº 001/2019, tendo como principais objetivos:

- (i)** A reurbanização do Parque Capivari, com a necessária reconstrução de acessos, áreas comerciais e administrativas, bem como sanitários, além de implantação de palco multiuso, recomposição de áreas verdes, recuperação de bens imóveis de propriedade da Estação de Ferro Campos do Jordão (EFCJ) intimamente ligados ao entorno da área do Parque Capivari, elaboração de novos passeios de circulação na área interna e requalificação da estrutura básica do pedalinho já existente;
- (ii)** A implantação de um novo e moderno teleférico, em substituição ao atual teleférico;
- (iii)** A reurbanização do Morro do Elefante, com a implantação de novo terminal de teleférico, novas áreas comerciais, sanitários e novo mirante;
- (iv)** A implantação de um trenó sobre trilhos no Morro do Elefante, sob a área dos cabos do teleférico;
- (v)** A reforma e implantação de estacionamentos;
- (vi)** A implantação de melhorias nos bens integrantes da concessão, visando a manter seus níveis de qualidade, a cumprir os indicadores de desempenho, e a garantir sua permanente atualidade e modernidade;
- (vii)** A realização de investimentos adicionais, assim considerados aqueles necessários à garantia de funcionalidade, de qualidade, de segurança e de expansão da Infraestrutura associada ao objeto da concessão, essenciais à própria natureza do contrato;
- (viii)** A exploração de receitas acessórias.

1.1.1 Plano da Administração.

Desde a concepção do plano de negócio, os primeiros três anos e meio foram dedicados aos investimentos de modernização do parque e implantação de novos atrativos, sendo previstos prejuízos anuais até 2022. A empresa contou com aportes dos acionistas e, principalmente, com a captação de recursos via Instituições bancárias para a manutenção do fluxo de caixa.

A transformação do parque foi muito bem-sucedida, em 2023 e 2024 foram registrados respectivamente 3,2 e 3,8 milhões de visitantes. O Novo Parque Capivari se tornou o principal atrativo turístico de Campos do Jordão, impulsionando o turismo na região, gerando desenvolvimento econômico e social e se tornando referência em mídia espontânea. Com fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais, a Companhia registrou rápida desalavancagem nos últimos dois anos, reverteu os prejuízos acumulados, encerrando o último exercício com Reserva de Lucro de R\$ 2,4 milhões.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

2. Apresentações das demonstrações contábeis**Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Análise e teste de recuperabilidade de ativos;
- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Provisão para demandas judiciais.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e incluem principalmente os rendimentos de aplicações financeiras, ao passo que as despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias e juros sobre empréstimos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes, decorrentes das prestações de serviços no curso normal das atividades da Companhia, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente, e deduzidas da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia efetuou o cálculo do valor presente para o período findo em 31 de dezembro de 2024, considerando que os saldos são liquidados em curto espaço de tempo, os efeitos não foram materiais e, portanto, a Companhia não registrou os referidos montantes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída, em montante suficiente, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes. A Administração da Companhia realiza uma avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas, por faixa de vencimento e títulos amparados por garantias.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

3.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente**Ativos financeiros****Classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na Rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na Rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

ECO JORDÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e fornecedores.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

- Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

3.6 Imobilizado e intangível**Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado/intangível são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação/amortização.

O custo do imobilizado/intangível inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive, se aplicável, serviços necessários e custos incorridos para colocação do bem produtivo em operação. Também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que tais custos possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos, apropriados como custos de produção.

Um item do imobilizado/intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, pelas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8, levando em consideração a vida útil estimada de cada bem, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais, a vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Amortização

A amortização do direito de outorga se dá no prazo da Concessão, em função da curva de demanda, conforme exposto na Proposta Comercial apresentada na licitação.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

3.7 Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto.

3.8 Contas a pagar, benefícios e encargos sociais

As contas a pagar, principalmente aos fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores relativos às férias devidas aos funcionários estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.9 Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e é constituída em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores legais da Companhia.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

3.12 Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

No ano de 2022 a Companhia aderiu a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no artigo 4º da referida Lei, que instituiu o PERSE:

“Art. 4º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei:

- I.** Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep);
- II.** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- III.** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- IV.** Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).”

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Empresa ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras.

- Alterações ao CPC 02 - Ausência de conversibilidade.

As alterações propõem que as empresas usem uma taxa de câmbio com base em sua melhor estimativa, em vez de usar uma taxa oficial inacessível, devendo essa estimativa refletir a taxa à vista na qual uma transação de câmbio ordenada ocorreria na data de mensuração entre os participantes do mercado sob as condições econômicas vigentes. As alterações não contêm requisitos específicos para a estimativa de uma taxa à vista. Sendo sua aplicabilidade para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2025.

- Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras – IFRS 18

Em 9 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas, sendo:

- i) Comparabilidade aprimorada na Demonstração de Resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos, melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
 - ii) Transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela administração com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados à Demonstração de Resultados, denominadas medidas de desempenho definidas pela administração; e
- i) Agrupamento mais útil de informações nas Demonstrações Financeiras, estabelecendo orientações aprimoradas quanto à organização das informações.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada. A Companhia está avaliando os impactos da norma.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

Gestão de riscos e instrumentos financeiros**4.1. Considerações gerais e políticas**

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição financeira da Companhia, nas quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

4.2. Gestão de risco financeiro**a) Fatores de risco financeiro**

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade das contrapartes.

A Área de Finanças e Controladoria examina e revisa as informações relacionadas ao gerenciamento de risco, incluindo as políticas, os procedimentos e as práticas aplicadas no gerenciamento de risco:

i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber.

ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

b) Gestão de capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus sócios, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito, visando fazer face à manutenção da liquidez e obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

5. Novas normas e interpretações**Alterações adotadas pelo Grupo**

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2024:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
 - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2024.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma****6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	19	39
Banco conta movimento	49	9
Aplicações financeiras	17.012	9.042
	<u>17.080</u>	<u>9.090</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

7. Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aluguel a receber de arrendatários	3.188	2.116
Operadoras de Cartão de Crédito	3.159	3.210
	<u>6.347</u>	<u>5.326</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	6.242	5.230
Vencidos até 30 dias	47	8
Vencidos de 31 a 60 dias	5	5
Vencidos 61 a 90 dias	-	5
Vencidos de 91 a 180 dias	-	16
Vencidos acima de 180 dias	53	62
Total	<u>6.347</u>	<u>5.326</u>

8. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a recuperar	12	12
COFINS a recuperar	63	63
IRRF s/ aplicação financeira	381	384
Saldo negativo de CSLL	-	8
Saldo negativo de IRPJ	401	22
	<u>857</u>	<u>489</u>

ECO JORDÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Estoques

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Loja Física	25	38
	<u>25</u>	<u>38</u>

O estoque se trata de souvenir e materiais para vendas.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma****10. Imobilizado**

Descrição	Tx. Depreciação	Custo	(-) Depr. acumulada	Líquido	
				2024	2023
Maquinas e equipamentos	10%a.a.	1.108	(358)	751	928
Equipamentos de segurança	10%a.a.	54	(16)	38	34
Equipamentos de informática	20%a.a.	293	(184)	109	113
Licença de Software	20%a.a.	254	(221)	33	70
Móveis e utensílios	10%a.a.	383	(116)	267	303
Big Jump	10%a.a.	60	(6)	54	57
Placas de sinalização	10%a.a.	287	(49)	238	235
Carrossel	10%a.a.	500	(32)	468	493
Teleférico	*	41.122	(3.292)	37.830	39.546
Trenó	*	6.864	(536)	6.328	6.586
Benfeitoria em propriedades de terceiros	*	42.984	(3.473)	39.510	38.239
Novos atrativos	*	18	(2)	16	-
Estacionamento	*	39	(17)	22	-
Pedalinho	*	126	(44)	82	-
Roda Gigante		12	-	12	-
Total		94.104	(8.346)	85.758	86.604

(*) A depreciação do grupo Teleférico, Trenó e Benfeitorias em propriedades de terceiros será calculada pela diferença de meses da sua aquisição aos meses restantes para o final do Contrato de Concessão (junho de 2049).

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>(-) Depreciação</u>	<u>2023</u>
Máquinas e equipamentos	970	79	-	(121)	928
Equipamentos de segurança	39	-	-	(5)	34
Equipamentos de informática	120	41	-	(48)	113
Licença de Software	120	-	-	(50)	70
Móveis e utensílios	159	180	-	(37)	302
Placas de sinalização	70	180	-	(15)	235
Big Jump	-	60	-	(3)	57
Carrossel	-	500	-	(7)	493
Teleférico	31.187	3.833	5.909	(1.383)	39.546
Trenó	5.949	796	83	(242)	6.586
Benfeitoria em propriedade de terceiros	11.626	-	27.762	(1.148)	38.240
Obras em andamento	32.722	1.032	(33.754)	-	-
Total	82.962	6.701	-	(3.059)	86.604

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>(-) Depreciação</u>	<u>2024</u>
Máquinas e equipamentos	928	66	-	(151)	844
Equipamentos de segurança	34	8	-	(4)	37
Equipamentos de informática	113	41	-	(45)	109
Licença de Software	70	6	-	(43)	33
Móveis e utensílios	302	15	-	(51)	265
Placas de sinalização	235	22	-	(19)	237
Big Jump	57	-	-	(3)	54
Carrossel	493	-	-	(25)	468
Teleférico	39.546	-	-	(1.703)	37.843
Trenó	6.586	-	-	(258)	6.328
Benfeitoria em propriedade de terceiros	38.240	2.766	-	(1.483)	39.523
Novos atrativos	-	18	-	(2)	15
Total	86.604	2.942	-	(3.787)	85.756

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma****11. Intangível**

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			31/12/2024	31/12/2023
Outorga fixa - direito de exploração (i)	1.537	(284)	1.253	1.304
Outorga variável - direito de exploração (i)	311.855	(28.524)	283.331	292.686
Intangível em andamento - Obras de concessão	-	-	-	-
	313.392	- 28.808	284.584	293.990

Descrição	2023	Adições	Transferênci	Amortização	2024
Outorga fixa - direito de exploração	1.304	-	-	(51)	1.253
Outorga variável - direito de exploração	292.686	-	-	(9.355)	283.331
Total	293.990	-	-	(9.406)	284.584

(i) Outorga fixa e variável

O custo de R\$ 1.537 refere-se a pagamento de outorga fixa exigido para assinatura do contrato de concessão.

O valor de custo R\$ 311.855 refere-se aos valores de outorga variável a serem pagos ao longo dos 30 (trinta) anos do contrato, conforme proposta comercial apresentada na licitação. Ambos os valores são amortizados pelo prazo do contrato.

Estas obrigações decorrem de direitos de exploração de infraestrutura e fazem parte da concessão, cujos serviços operados pela Companhia são regulados pela concedente (setor público).

Nesse contexto, a Companhia operadora recebe um direito de exploração de um ativo público (ativo intangível), sendo a concessão de uso de bem público um contrato utilizado pelo poder concedente a fim de outorgar ao particular a utilização de um bem sob o seu domínio. Ao final do prazo do contrato ou na hipótese de sua rescisão, passarão à propriedade do poder concedente todos os bens afetos à concessão de uso ora contratada.

ECO JORDÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Segundo o contrato de concessão, o prazo do contrato de 30 anos passa vigorar após a transferência dos bens oriundos da concessão à concessionária. A referida transferência ocorreu em 14 de junho de 2019 por meio de assinatura de termo de cessão de bens.

O ativo intangível é registrado com base nos expostos no ICPC 01 e OCPC 05, que tratam da questão de contratos de concessão. Segundo o item 14 do referido OCPC na linha de entendimento de que o direito de outorga e a correspondente obrigação nascem na assinatura do contrato, a concessão representa um negócio de longo prazo, que passa por processo licitatório, envolve projetos de financiamento, garantias e definição de tarifa, portanto, fatores que indicam um contrato de longa duração em que as partes demonstram intenção e condição de executá-lo integralmente. Assim sendo, é considerado que os fatos e as circunstâncias indicam que não se trata de um contrato de execução, mas a aquisição de um direito de exploração, a aquisição de uma licença para operar por prazo determinado, haja vista entender-se que o poder concedente performou sua parte no contrato ao dar o acesso e o direito à exploração do objeto da concessão, enquanto o concessionário não performou a sua parte.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma****12. Outorga variável a pagar**

A Rubrica “Outorga variável a pagar”, registrada no valor de R\$ 13.858 no passivo circulante e R\$ 273.496 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.728 e R\$ 283.431 em 2023, respectivamente) refere-se ao valor de Outorga variável a ser pago durante o contrato de 30 anos de acordo com o previsto na Proposta Comercial elaborada pela Companhia para participação da licitação.

13. Empréstimos e financiamentos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco ABC	-	1.970
Banco Daycoval	-	590
Banco Bocom BBM	-	1.378
Banco Itaú	-	60.365
Banco Itaú (CDI)	-	18.452
Vortex	72.884	-
	72.884	82.755
Circulante	15.384	17.861
Não circulante	57.500	64.894
	72.884	82.755

Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras referem-se à:

a) Notas comerciais

A Emitente firmou contrato com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para a emissão pública de Notas Comerciais Escriturais, com o objetivo de captar recursos destinados à execução do contrato de concessão onerosa de obra no Parque Capivari, conforme edital da Concorrência Pública nº 001/2018 da STM.

ECO JORDÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os recursos captados foram utilizados prioritariamente para quitar dívidas junto ao Itaú Unibanco S.A., referentes às Cédulas de Crédito Bancário firmadas em 2021 e 2022.

- Os juros incidentes são calculados com base em 100% da Taxa DI (CDI-Over), acrescida de spread de 3,40% ao ano (base 252 dias úteis). A amortização do principal e o pagamento dos juros são mensais, com vencimentos no dia 17 de cada mês, iniciando em novembro de 2024, conforme cronograma pactuado.
 - **Banco:** Vórtx DTVM Ltda.
 - **Valor principal:** R\$ 75.000
 - **Tx. Anual:** CDI +3,40% a.a
 - **Emissão:** 17/10/2024
 - **Vencimento:** 17/10/2029
 - **Capitalização:** Diária
 - **Amortização:** Mensal;
 - **Saldo devedor atual:** R\$ 72.884.

O contrato de emissão inclui cláusulas de covenants financeiros e operacionais, monitoradas continuamente pela Companhia. Dentre os principais compromissos assumidos, destacam-se:

Manutenção do índice Dívida Líquida / EBITDA nos seguintes limites:

Até 2024: $\leq 2,5$

2025: $\leq 2,0$

A partir de 2026: $\leq 1,5$

Entrega anual de demonstrações financeiras auditadas e memórias de cálculo dos indicadores ao agente fiduciário;

Vedação à realização de atos que possam comprometer a capacidade financeira da Emitente, como:

Distribuição de dividendos fora das condições contratuais;

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

Descumprimento de obrigações com o Poder Concedente;

Desvios na destinação dos recursos captados.

Até a presente data, todos os covenants estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Abaixo a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício:

Banco	2023	Captações	Pagamentos de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	2024
Banco ABC	1.970	-	(1.944)	116	(142)	-
Banco BOCOM	1.378	-	(1.375)	106	(109)	-
Banco Daycoval	590	-	(556)	21	(55)	-
Banco Itau	60.365	-	(41.630)	7.516	(26.251)	-
Banco Itau (CDI)	18.452	-	(14.304)	2.185	(6.333)	-
Vortex (Notas Comerciais)	-	75.000	(2.500)	1.863	(1.479)	72.884
	82.755	75.000	(62.309)	11.807	(34.369)	72.884

14. Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais	195	136
Provisão para 13º, férias e encargos sociais	370	313
Provisão de bonus e pagar	326	370
	891	819

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma****15. Obrigações tributárias**

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL	878	-
ISS a recolher	265	218
PIS e COFINS a recolher	113	-
Provisão PIS e COFINS PERSE (a)	-	1.332
ICMS a recolher	1	11
ISS retido a recolher	16	4
INSS retido a recolher	53	15
IRRF e CSRF retido a recolher	15	11
ICMS s/ importação teleférico e trenó	2.686	4.002
	4.027	5.593
Circulante	2.656	2.907
Não circulante	1.371	2.686
	4.027	5.593

(a) O PERSE foi implantado na Eco Jordão em março/2022, aplicando-se a alíquota zero de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre todas as receitas e resultados, de acordo com o que estabelecia a legislação (Lei 14148/2021, artigo 4º), vigorando até fevereiro/2027. Por conta disto, a empresa deixou de recolher estes tributos, desde a competência março/2022.

Em 31/10/2022 a Receita Federal editou a Instrução Normativa (IN RFB 2114/2022) restringindo o benefício fiscal apenas à atividade principal da empresa (receita de ingresso). Contra a restrição imposta pela Instrução Normativa, diversas empresas entraram com ações judiciais para fazer prevalecer o disposto na Lei 14148/2021. Diante da judicialização do tema, o Governo Federal, em 20/12/2022, editou a Medida Provisória 1147, que, em termos gerais, dava legalidade ao entendimento da Receita Federal.

Em 29/12/2022, o Ministério da Economia publicou a Portaria 11266, tendo por base a MP 1147, relacionando as atividades beneficiadas pelo PERSE e deixando de fora diversas atividades exercidas pela Eco Jordão, como as receitas de comércio de suvenires (loja), guarda-volumes, estacionamento, transporte, locação de espaços para terceiros, receitas financeiras e receitas não operacionais.

A MP 1147 tramitou na Câmara dos Deputados nos primeiros meses de 2023, foi aprovada na Câmara sem grandes modificações, e seguiu para o Senado em maio/2023, onde foi aprovada e transformada na Lei 14592/2023.

ECO JORDÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em vista da consolidação legal do entendimento restritivo da Receita Federal, com a aprovação da Lei 14592/2023, em junho/2023 a Eco Jordão ajuizou ação judicial para garantir o reconhecimento do seu direito à aplicação do benefício fiscal do PERSE sobre todas as suas atividades (e não apenas sobre as receitas e resultados de ingressos).

Em 22/05/2024 o Congresso Nacional aprovou a Lei 14859/2024, estabelecendo novas restrições à utilização dos benefícios fiscais do PERSE e estabelecendo um teto de gasto tributário de R\$ 15 bilhões, a contar a partir de abril/2024. O artigo 2º da referida Lei concedeu às empresas a oportunidade de autorregularizar os valores não recolhidos a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, com redução de 100% nos valores da multa de mora e dos juros de mora e com a possibilidade de quitação de até 50% da dívida com utilização de prejuízos fiscais (programa de autorregularização o qual foi regulamentado pela IN RFB 2210/2024).

Em 19/11/2024 a Eco Jordão aderiu ao programa de autorregularização, para uma dívida tributária consolidada de R\$ 1.806 (em 12/11/2024). Com o desconto de 100% da multa de mora (R\$ 267) e de 100% dos juros de mora (R\$ 201), restou o saldo a regularizar de R\$ 1.337, o qual foi quitado da seguinte forma:

- a) 50% (ou R\$ 668) por meio da utilização de prejuízos fiscais; e
- b) 50% restantes (ou R\$ 668) por meio de recolhimento em DARF, em 13/11/2024.

Por fim, em 24/03/2025 foi publicado o Ato Declaratório Executivo RFB nº 2, em que a Receita Federal comunica, oficialmente, o atingimento do teto dos R\$ 15 bilhões em gastos tributários e a consequente extinção do PERSE para os fatos geradores a partir do mês de abril/2025.

16. IRPJ e CSLL

A empresa esteve sujeita em 2024 à apuração do IRPJ e da CSLL sobre o regime de lucro real anual, com cálculo de estimativas mensais, tendo levantado balancetes de suspensão para os meses de janeiro a julho e balancete de redução para o mês de agosto. Nos meses de setembro a dezembro, a empresa efetuou o recolhimento das estimativas mensais de IRPJ e de CSLL com base na sua receita bruta, tendo apresentado saldos a recolher no ajuste anual. Sobre o lucro contábil anual de R\$ 17,5 milhões, a empresa apurou o valor total de IRPJ e CSLL de R\$ 2,4 milhões, tendo se utilizado da isenção do PERSE para tais tributos, proporcionalmente aos

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

resultados da atividade incentivada, conforme previsto na Lei 14148/2021, por meio do cálculo do lucro da exploração. Em vista da vedação imposta pelo artigo 4º-B da Lei 14148/2021 (na redação dada pela Lei 14859/2024), a empresa não efetuou a compensação de prejuízo fiscal e de base negativa de CSLL em 2024.

17. Adiantamentos

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamento luvas	7.457	3.522
Outros adiantamentos	165	529
	7.622	4.051
Circulante	1.935	1.395
Não circulante	5.687	2.656
	7.622	4.051

Os valores de luvas trata-se de receitas para utilização de espaço no Parque Capivari e são reconhecidas ao longo do contrato de locação seguindo o regime de competência.

18. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, trabalhistas e cível. A Companhia, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Na avaliação dos consultores jurídicos, existem 7 processos de natureza trabalhista em andamento, cujas expectativas de perda são de R\$ 655, o qual foi contabilizado como provisão para contingências.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma****19. Remuneração do pessoal-chave**

Em março e abril de 2024 houveram o pagamento de bônus e gratificações referente as metas do ano de 2023 no valor de R\$ 387. Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho tampouco remuneração baseada em ações aos administradores.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	<u>891</u>	<u>1.003</u>
	<u>891</u>	<u>1.003</u>

20. Patrimônio líquido

Em 31 de Dezembro de 2024, o Capital Social da Companhia é de R\$ 19.830.

O Capital Social é composto 19.829.640 (dezenove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, seiscentas e quarenta) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

21. Receita líquida de serviços

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Vendas brutas de Serviços		
Prestação de serviços	64.655	48.801
Aluguéis e arrendamentos	6.866	10.007
Receita loja souvenir	505	480
	<u>72.026</u>	<u>59.288</u>
Deduções de vendas		
Impostos sobre serviços	(4.302)	(2.552)
Descontos e cancelamentos	(250)	(187)
	<u>(4.551)</u>	<u>(2.739)</u>
Receita líquida	<u>67.474</u>	<u>56.549</u>

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma****22. Custos dos serviços prestados**

Descrição	2024	2023
Pessoal	(6.650)	(5.920)
Prestação de serviços	(2.703)	(2.863)
Outorga e fiscalização	(18.415)	(15.005)
Materiais e utilidades	(1.886)	(1.493)
Seguros	(111)	(108)
Custo das mercadorias vendidas loja souvenir	(201)	(204)
Depreciação - Atrativos Próprios	(792)	
	(30.758)	(25.593)

23. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2024	2023
Pessoal	(601)	(750)
Serviços de terceiros	(1.003)	(750)
Viagens e estadias	(131)	(70)
Marketing e comunicação	(91)	(318)
Despesas diversas	(628)	(755)
Depreciação (a)	(2.995)	(3.058)
Despesas com eventos	(532)	-
Provisão para contingencia	(680)	-
Recuperação despesas administrativas	-	(244)
	(6.662)	(5.945)

(a) O aumento da depreciação se deu pela conclusão das obras do Parque, as quais ativaram as benfeitorias em propriedades de terceiros, e, também pela operacionalização e conclusão dos bens em andamento: do teleférico e trenó.

ECO JORDÃO S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro****Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma****24. Resultado financeiro líquido**

Descrição	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	862	480
Descontos obtidos	200	5
Outras receitas financeiras	124	75
	1.186	560
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(20)	(71)
Juros e multas	(478)	(300)
Juros s/ empréstimos	(11.808)	(14.518)
Outras despesas financeiras	(1.353)	-
	(13.659)	(14.889)
Resultado financeiro líquido	(12.473)	(14.329)

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: AAFBED82-2612-4174-90EC-50715641F43B

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: ECOJORDAO24.DEZ

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 39

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Daniel Damasceno

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

daniel.damasceno@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.2

Rastreamento de registros

Status: Original

21 de maio de 2025 | 14:49

Portador: Daniel Damasceno

daniel.damasceno@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

21 de maio de 2025 | 14:56

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Gabriel Fialho

gabriel.fialho@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SyngularID Multipla

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura

DocuSigned by:

 E5663D85F4DC440...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 13.217.66.237

Registro de hora e data

Enviado: 21 de maio de 2025 | 14:50

Visualizado: 21 de maio de 2025 | 14:55

Assinado: 21 de maio de 2025 | 14:55

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Daniel Damasceno

daniel.damasceno@pwc.com

Manager

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 21 de maio de 2025 | 14:56

Visualizado: 21 de maio de 2025 | 14:56

Assinado: 21 de maio de 2025 | 14:56

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	21 de maio de 2025 14:50
Entrega certificada	Segurança verificada	21 de maio de 2025 14:55
Assinatura concluída	Segurança verificada	21 de maio de 2025 14:55
Concluído	Segurança verificada	21 de maio de 2025 14:56

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------